

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Período: **JUNHO/2013**

Lei nº 15.831, de 24 de junho de 2013 – Altera dispositivos da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992 – Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, para o fim de nele incluir o conceito de Projeto Simplificado.

Publicada em 25 de junho de 2013 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a Lei nº 15.831 faz alterações nos dispositivos da Lei 11.228, de 25 de junho de 1992.

Acrescentou à Seção 1.1 (Conceitos) do Capítulo 1 (Objetivos) do Anexo I o seguinte conceito :
“Projeto Simplificado: peças gráficas demonstrativas das dimensões externas, implantação, volumetria, movimento de terra e índices urbanísticos de edificação projetada, dispensada a apresentação das disposições internas, dimensões e funções dos compartimentos. ”

Inclui os subitens 3.6.2.3 e 3.6.2.5 ao item 3.6.2 (requisitos para o pedido de Alvará de Aprovação) do Capítulo 3 que trata dos Documentos para Controle da Atividade de Obras e Edificações.

Altera a redação da letra “b” do item 3.10.1 do Capítulo 3 que trata dos Documentos para Controle da Atividade de Obras e Edificações. A modificação foi em relação ao requerimento de Alvará de Licença para Residências Unifamiliares, a partir desta Lei é exigido que as peças gráficas devem estar na forma do Projeto Simplificado, conforme o conceito que consta na Seção 1.1 do Capítulo 1 do Anexo.

Será facultada, ao interessado, a apresentação dos processos protocolados, ainda sem despacho, que se enquadrarem na exigência de Projeto Simplificado.

O parcelamento do solo e as edificações dos Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social deverão observar as disposições estabelecidas em decreto específico que regulamenta a matéria, verificada a legislação em vigor.

O Executivo está autorizado a promover a regularização de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social na modalidade de Plano Integrado, desde que o parcelamento do solo e as edificações tenham obtido conclusão antes de 31 de dezembro de 2012.

As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, caso houver necessidade poderão ser suplementadas.

O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).



Instrução Normativa Nº8, de 21 de junho de 2013.

A Instrução Normativa nº 8 do Ministério da Pesca e Aquicultura, publicada no Diário Oficial da União em 24 de junho de 2013, altera a Instrução Normativa nº 6, de 19 de maio de 2011 do MPA.

Conforme esta Instrução, é criado um novo método para a obtenção do Registro de Aquicultor, que deverá ser por preenchimento de um formulário no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira – SisRGP, disponível site do Ministério da Pesca e Aquicultura – www.mpa.gov.br.

Assim, para obtenção da Licença de Aquicultor, o requisito de comprovação de inscrição prévia no RGP, passou agora a ser de acordo com o novo tipo de inscrição mencionado anteriormente.

As informações declaradas, relativas à regularidade cadastral e fiscal, poderão ser examinadas pelo MPA junto ao CPF e CNPJ da Receita Federal do Brasil.

Esta Instrução Normativa entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 457, de 25 de junho de 2013– Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1º do art. 25, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.

Publicada em 26 de junho de 2013 no Diário Oficial da União, a Resolução CONAMA nº 457, de 25 de junho de 2013, trata sobre o depósito e a guarda provisória de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais que integram o Sistema Nacional do Meio Ambiente, bem como os de provenientes de entrega espontânea, quando não houver possibilidade justificada das destinações.

Para efeitos dessa Resolução foram adotadas definições para: Animal apreendido; Animal oriundo de entrega espontânea; Animal resgatado; Cativo Domiciliário; Termo de Depósito de Animal Silvestre-TDAS; Termo de depósito preliminar; Termo de Guarda de Animal Silvestre-TGAS; Trânsito de animal silvestre; e Transporte de animal silvestre.

Na impossibilidade de guarda nos órgãos ambientais que integram o Sistema Nacional do Meio Ambiente e os de entrega espontânea, os órgãos ambientais formalizarão, preferencialmente, O TGA.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



O TDAS e o TGAS somente poderão ser formalizados em se tratando de anfíbios, répteis, aves e mamíferos da fauna brasileira e, também, para manutenção em cativeiro domiciliar no território nacional.

Os espécimes objetos de concessão do TDAS E TGAS serão aqueles das espécies silvestres autorizadas para criação e comercialização como animal de estimação, conforme trata a lista referida da Resolução CONAMA nº 394, de 6 de novembro de 2007. Se não publicada a lista supra, a concessão ficará suspensa até que o seja feito.

Os exemplares de espécies com potencial Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA ou do órgão ambiental estadual competente; aqueles que o tamanho, comportamento, exigências específicas de manutenção e manejo sejam incompatíveis com o espaço e recursos financeiros disponibilizados pelo interessado; e as Classes Amphibia Reptilia e Aves da Ordem Passeriformes com distribuição geográfica coincidente com o local da apreensão, não poderão utilizar o TDAS e TGAS.

Os animais silvestres vítimas de maus tratos comprovados por laudo técnico não estão autorizados à inscrição no TDAS.

O IBAMA estabelecerá cadastro informatizado, com validade para todo o território nacional, com a intenção de reunir informações, possibilitar o gerenciamento e integrar as concessões do TDAS e TGAS.

Para este cadastro, o interessado deverá fornecer informações específicas para cada Termo, que se encontram no inteiro teor desta Resolução.

O Termo de Depósito de Animal Silvestre e o Termo de Guarda de Animal Silvestre são pessoais e intrasferíveis, estes não poderão ser concedidos, no mesmo endereço, para mais de um CPF/CNPJ e, no máximo, para 10 animais.

Caso haja morte, extinção ou impedimento do depositário ou guarda, o órgão ambiental deverá ser comunicado em 30 dias. Deverão constar no TDAS e TGAS as qualificações e assinatura da pessoa voluntária que irá substituí-los nas hipóteses anteriormente citadas.

Se houver desistência por parte do detentor, a manutenção do animal deverá ser garantida à custa destes, até nova realocação pelo órgão ambiental no prazo de 120 dias. Passado este prazo o depositário ou guarda do animal fará sua entrega ao órgão municipal.

A ampliação do número de animais concedido ao TGAS poderá ser feita pelo órgão ambiental, junto à justificativa técnica. Este Termo somente poderá ser concedido pelos órgãos ambientais estaduais e federais, enquanto ao TDAS somente os órgãos ambientais municipais.

À pessoa com condenação penal ou administrativa, devido a crime ou infração ambiental contra a fauna, não será concedido o TGAS. Ficará a escolha do órgão municipal permitir ou não a TGAS à pessoa física ou jurídica autuada ou com condenação pena ou administrativa, decorrente de crime ou infração ambiental.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



O Termo de Depósito de Animal Silvestre e o Termo de Guarda de Animal Silvestre deverão ser cancelados em caso de flagrante de posse ilegal de outro animal silvestre, sem prejuízo das demais sanções legais.

O IBAMA normatizará, em até 90 dias, contados da publicação desta Resolução, a especificação técnica dentro do sistema de marcação individual de animais, para atendimento do TDAS e TGAS.

Fica revogada a Resolução CONAMA n° 384, de 27 de dezembro de 2006.

Esta Resolução entra em vigor no prazo de 180 dias a partir da data de sua publicação. Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Portaria CAT 58/2013 – Fixa valor mínimo para o cálculo do ICMS nas operações com revestimento cerâmico classificado como “Extra” ou “Tipo A”.

Foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 27/06/2013, a Portaria CAT 58, de 26 de junho de 2013, que fixa o valor mínimo de 4,76m², no período de 01/07/2013 a 31/12/2013 para o cálculo do ICMS nas operações com revestimento cerâmico classificado como “Extra ou “Tipo A”, na posição NCM/SH 6908. Se o valor da operação for superior ao mínimo, sobre este deverá ser calculado o ICMS.

Vale destacar que, para fins de cálculo da retenção e pagamento do imposto devido por substituição tributária, relativo às saídas subsequentes da mercadoria, o respectivo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST deverá ser aplicado sobre o valor mínimo a que se refere o “caput” ou sobre o valor da operação, quando este for superior ao mínimo, acrescido dos valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente.

A Portaria CAT 58/2013 entra em vigor no dia 1º de julho de 2013, ficando revogada a Portaria CAT 158/2012 que tratava do assunto.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 58/2013, [clique aqui](#).

Decreto 59.324/2013 – Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 27/06/2013, o Decreto 59.324, de 26 de junho de 2013, acrescenta o § 3º ao artigo 62 do Anexo II do RICMS que concede redução da base de cálculo do ICMS incidente nas saídas internas de soluções parenterais, de forma que a carga tributária corresponda ao percentual de 7%.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Importante destacar que, com a inserção do § 3º, não se exigirá o estorno proporcional do crédito do imposto relativo às mercadorias beneficiadas com a redução de base de cálculo.

O Decreto 59.324/2013 entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#). (página 1)

Decreto nº 8.035, de 28 de junho de 2013 – Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.

Foi publicado no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2013 o Decreto nº 8.035 (de 28/06/2013) que reduziu as alíquotas do IPI para determinados produtos dos setores de móveis, iluminação, eletrodomésticos (fogões, freezers, geladeiras e tanquinho), papel de parede e plásticos (resinas), por determinado período, conforme segue:

a) Plásticos (classificados sob os códigos NCM: 3920.30.00 Ex 01, 3920.49.00 Ex 01, 3920.62.99 Ex 01 e 3921.90.11 – NC (39-4): a alíquota do IPI fica reduzida a 3% (três por cento), de 1º/07/2013 a 30/09/2013.

b) Painéis de madeira (classificados sob os códigos NCM: 4410.11.10, 4410.11.29, 4410.11.90, 4410.12, 4410.19, 4411.9, 4411.12, 4411.13.10, 4411.13.99, 4411.14 – NC (44-1): a alíquota do IPI fica reduzida a 3% (três por cento), de 1º/07/2013 a 30/09/2013.

c) Fogões (classificados sob os códigos NCM: 7321.11.00 Ex 01 “A”, 7321.12.00 Ex 01 “A”, 7321.19.00 Ex 01 “A” – NC (73-3): a alíquota do IPI fica reduzida a 3% (três por cento), de 1º/07/2013 a 30/09/2013.

d) Geladeiras, freezers e tanquinho (NC 84-5):

Código TIPI	Índice de eficiência energética	Alíquota (%)	
		de 01/07/13 a 30/09/2013	a partir de 1º/10/2013
8418.10.00	A	8,5	10
8418.2	A	8,5	10
8418.30.00 Ex 01	A	8,5	10
8418.40.00 Ex 01	A	8,5	10
8450.11.00 Ex 01	A	10	10

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



8450.12.00 Ex 01	A	10	10
8450.19.00 Ex 01	A	4,5	5
8450.20.90(exceto Ex 01)	A	10	10
8451.21.00 Ex 01	A	10	10

e) Móveis (classificados sob os códigos NCM: 9401.30, 9401.40, 9401.5, 9401.6, 9401.7, 9401.80.00, 9401.90 e 94.03 – *NC (94-1)*): a alíquota do IPI fica reduzida a 3% (três por cento), de 1º/07/2013 a 30/09/2013.

f) Lâmpadas e luminárias (classificados sob os códigos NCM 9405.10.9 e 9405.40 – *NC (94-2)*): a alíquota do IPI fica reduzida a 10% (dez por cento), de 1º/07/2013 a 30/09/2013;

g) Laminados rígidos utilizados para revestimento de móveis (classificados sob o código NCM 3920.30.00 *Ex 01*): a alíquota do IPI fica reduzida a 5% (cinco por cento), de 1º/07/2013 a 30/09/2013;

h) Papeis de parede (classificados sob o código NCM 4814.20.00): a alíquota do IPI fica reduzida a 15% (quinze por cento), de 1º/07/2013 a 30/09/2013;

O Decreto nº 8.035, de 2013, entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Decreto 8.020/2013 – Altera o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 para autorizar o repasse dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE que menciona.

Publicado no Diário Oficial da União em 29/05/2013, o Decreto nº 8.020, de 29/05/2013, alterou o regulamento da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, e que regulamenta também a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

Objetivando preencher uma lacuna decorrente da perda de vigência da MP nº 605, e para permitir que se possam compensar, em relação ao exercício de 2013, os descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, bem como os efeitos da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, o Decreto nº 8.020/2013

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



estabeleceu que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) deverá autorizar o repasse antecipado de sete meses destes recursos, previstos nos incisos VII e VIII do art. 13 da Lei nº 10.438/2002.

Referido decreto entrou em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor da norma, clique [aqui](#).

Portaria 377/2013 – Altera o art. 9º da Portaria PGFN nº 802, de 9 de novembro de 2012

Publicada no Diário Oficial da União em 17/06/2013, a Portaria PGFN nº 377, de 11/06/2013, alterou o art. 9º da Portaria PGFN nº 802, de 9 de novembro de 2012, que dispõe sobre o parcelamento de débitos apurados na forma do Simples Nacional de que trata o art. 130-A da Resolução CGSN nº 94, de 29/11/2011, inscritos em Dívida Ativa da União.

Com a alteração, os débitos apurados na sistemática do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão ser parcelados em até sessenta parcelas mensais e sucessivas, observado o valor mínimo de R\$ 300,00, que até então era de R\$ 500,00.

Referida alteração havia sido publicada por meio da Portaria PGFN nº 14, de 12 de setembro de 2011, publicado no DOU de 13/06/2013, mas esta norma foi tornada sem efeito pela Portaria PGFN nº 381, de 14/06/2013 (DOU de 17/06/2013).

Portaria PGFN nº 377 entrou em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor da norma, clique [aqui](#).

Decreto nº 59.244, de 28 de maio de 2013 – *Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.*

Publicado em 29 de maio de 2013 no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o Decreto nº 59.244 altera o artigo 1º do Anexo II do RICMS que trata da redução da base de cálculo nas operações internas ou interestaduais com aeronaves e produtos aeronáuticos.

A referida medida teve como objetivo estender o benefício às aquisições de matéria-prima para produtos aeronáuticos, e também as determinadas operações que envolvam fornecedores nacionais de empresa nacional da indústria aeronáutica.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



O Decreto 59.244, entrou em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos desde 1º de junho de 2012. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#). (página 3)

Lei n° 12.834, de 20 de junho de 2013 – Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju), e dá outras providências.

Publicada em 21 de junho de 2013 no Diário Oficial da União, a Lei n° 12.834 que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju).

A finalidade do Funcaju é desenvolver o financiamento e a modernização da agroindústria do caju e dos seus produtos derivados; incentivar o crescimento da produtividade da cultura do caju e derivados; fortalecer a exportação de produtos ligados à agroindústria do caju; incentivar o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à agroindústria do caju; e promover a defesa do preço do no mercado interno e externo e das condições de vida do trabalhador rural.

Os recursos do Fundo de Apoio à Cultura do Caju serão os recursos orçamentários da União e créditos adicionais que lhe forem atribuídos; doações e contribuições de qualquer entidade público e privada, nacional ou estrangeira, e de pessoas físicas; entre outros.

Esses investimentos do Funcaju são para apoiar o desenvolvimento da cultura do caju, com o intuito de valorizar a disseminação de tecnologias que concorram para o aumento da produtividade e qualidade do produto; fortalecer o agronegócio do caju; realizar pesquisas tecnológicas, estudos sobre a cultura do caju; garantir o treinamento de mão de obra para trabalho nos segmentos agrícola e industrial da cultura do caju; promover pesquisas e estudos dirigidos à produção de subsídios para a execução de políticas de comercialização voltadas para a conquista de novos consumidores; estimular e financiar o aumento da área plantada com cultura do caju; dentre outras coisas mais.

Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro imediatamente subsequente ao de sua publicação. Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Medida Provisória 613/2013 – Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS-PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei n° 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências.

Publicada no Diário Oficial da União em 08/05/2013, a Medida Provisória n° 613, de 07/05/2013, instituiu crédito presumido da Contribuição para o PIS-PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes, bem como autoriza o Poder Executivo a conceder crédito presumido relativo à aquisição de etanol utilizado na produção de polietileno



para as centrais petroquímicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa do PIS-PASEP e da COFINS.

Por intermédio da medida provisória foram alteradas a Lei nº 10.865/2004 e a Lei nº 11.196/2005, para dispor sobre a incidência do PIS-PASEP e da COFINS na importação e sobre a receita proveniente da venda, no mercado interno, de insumos da indústria química nacional.

A MP prevê, por meio de alteração à Lei nº 9.718/1998, que na apuração do PIS-PASEP e da COFINS, o produtor e o importador de álcool, inclusive para fins carburantes, poderá descontar créditos calculados às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente, decorrentes de aquisição ou importação de nafta petroquímica.

Prevê ainda que, na hipótese de revenda da nafta adquirida por central petroquímica ou de sua importação para utilização como insumo, os créditos de que trata o art. 57 da Lei nº 11.196/2005 poderão ser descontados com base nas alíquotas a seguir especificadas:

- 0,18% e 0,82% para os fatos geradores ocorridos nos anos de 2013, 2014 e 2015;
- 0,54% e 2,46% para os fatos geradores ocorridos no ano de 2016;
- 0,90% e 4,10% para os fatos geradores ocorridos no ano de 2017;
- 1,65% e 7,6% para os fatos geradores ocorridos a partir do ano de 2018.

O montante do crédito presumido será determinado mediante aplicação de alíquota específica correspondente a, no máximo, R\$ 80,00 (oitenta reais) por metro cúbico de etanol utilizado na produção de polietileno.

No que diz respeito ao crédito presumido da Contribuição para o PIS-PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes, este deverá ser apurado por meio das seguintes alíquotas específicas:

- de 08/05/2013 a 31/08/2013:

a) R\$ 8,57 por metro cúbico (m³) de álcool comercializado – PIS-PASEP;

b) R\$ 39,43 por metro cúbico (m³) de álcool comercializado – COFINS.

- a partir de 1º/09/2013:

a) R\$ 21,43 por metro cúbico (m³) de álcool comercializado – PIS-PASEP;

b) R\$ 98,57 por metro cúbico (m³) de álcool comercializado – COFINS.

- de 08/05/2013 a 31/08/2013:



a) Possibilidade de optar por regime especial.

Tal crédito presumido poderá ser aproveitado em relação às vendas efetuadas até 31 de dezembro de 2016, bem como o saldo de créditos apurados pelas pessoas jurídicas importadoras ou produtoras de álcool, existente na data de publicação da Medida Provisória e o saldo de créditos apurados pelas indústrias petroquímicas na forma do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, existente em 8 de maio de 2013, poderão:

a) ser compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela RFB, observada a legislação aplicável à matéria;

b) ser ressarcido em dinheiro, observada a legislação aplicável à matéria.

Referida norma entrou em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer seu inteiro teor, clique [aqui](#).

Resolução Conjunta SF/PGE nº 03, de 06 de junho de 2013 – Altera a Resolução Conjunta SF/PGE 01/03, de 28/02/2013, que disciplina os procedimentos administrativos necessários à liquidação de débitos fiscais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias – ICM e do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nos termos do Decreto nº 58.811, de 27/12/2012.

Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 25/06/2013, a Resolução Conjunta SF/PGE 03, de 06/06/2013, altera a Resolução Conjunta SF/PGE 01, de 28/02/2013, que disciplinou os procedimentos administrativos necessários à liquidação de débitos, nos termos do Decreto 58.811/2012, de 27/12/2012, que instituiu o Programa Especial de Parcelamento – PEP do ICM/ICMS, no Estado de São Paulo.

Em resumo, esta nova Resolução adequou a norma anterior para prever o novo prazo de adesão ao Programa Especial de Parcelamento, que de 31 de maio foi estendido para o dia 31 de agosto de 2013, conforme alteração promovida pelo Decreto nº 59.255, de 03/06/2013.

Na mesma linha, a Resolução Conjunta SF/PGE nº 03 adequou o texto da Resolução Conjunta nº 01/2013 para prever a possibilidade de o contribuinte liquidar débitos fiscais com a utilização do valor de ICMS a ser ressarcido, nos termos do § 2º do artigo 270 do Regulamento do ICMS, com base na alteração promovida pelo Decreto nº 59.254, de 03/06/2013, fundamentada nos Convênios ICMS 108/2012 e 35/2013.

Para acessar o inteiro teor da Resolução Conjunta SF/PGE nº 03, de 2013, [clique aqui](#). (na página 49)